

Fim do Ministério do Trabalho é a concretização de um projeto político

Ao se fazer um balanço do 1º ano do governo Bolsonaro, não poderíamos esquecer o fim do Ministério do Trabalho, extinto na reforma administrativa anunciada em 2 de janeiro de 2019. A pasta criada em 1930, no governo Getúlio Vargas, foi incorporada ao Ministério da Economia e reduzida a uma Secretaria Especial — da Previdência e do Trabalho. As 2 áreas já foram fundidas em uma só pasta por mais de uma vez, sem registros de resultados positivos efetivos ou eficientes, uma vez que não houve integração real do trabalho realizado. O mesmo se observa agora.

Infelizmente, o rebaixamento estrutural - que caiu de 2º para o 4º escalão na hierarquia administrativa desse governo - veio acompanhado de uma série de medidas administrativas e legislativas que confirmam o menosprezo ministerial pelo trabalho e pelo trabalhador, aí incluídos os servidores públicos. A fiscalização foi diminuída e diluída numa megaestrutura em que os órgãos que controlam os fundamentos da economia têm o protagonismo. A fiscalização é vista como uma "pedra no sapato" pelo governo.

Muito tem sido feito para retirar independência e autonomia do "Trabalho", seja por medidas internas, seja por medidas provisórias ou projetos de lei em tramitação no Congresso Nacional. Associadas à Reforma Trabalhista em vigor desde 11 de novembro de 2017, aprofundam a retirada de direitos e a flexibilização das condições de trabalho, com reflexos diretos para a ação fiscalizatória.

A decisão geral de não realizar concursos públicos e ampliar a terceirização atinge 'em cheio' a carreira do "Trabalho". A revisão das normas regulamentadoras para "simplificar" procedimentos traz embutida a tentativa de minar as atribuições e o alcance da fiscalização na área de segurança e saúde, num país que ostenta números estratosféricos de mortes e acidentes nos ambientes de trabalho.

Carteira Verde e Amarela

Assim também faz a MP 905/19, expediente na condição de orientadores do cumprimento da lei, dificultando ao máximo a imposição de punições e autorizando formalmente o embarço à fiscalização e a perseguição servidores. Retira dos agentes da fiscalização a autonomia para embargar e interditar, uma ação que deve ser imediata e tempestiva, sob pena de não cumprir seu papel de salvar vidas. A Subsecretaria de Inspeção do Trabalho foi "atropelada" pela MP, uma vez que a gestão fica a cargo da Secretaria Especial de Previdência e Trabalho.

A Secretaria Especial, que hoje comanda parte das funções do extinto Ministério do Trabalho, capitaneia e chancela as mudanças que impõem retrocessos e perdas, da pior forma possível. O discurso de que a fiscalização incomoda empresários, repetido à exaustão, coloca em risco a vida dos servidores.

Os episódios de ameaças foram constantes em 2019, pelos mais variados meios, inclusive redes sociais, endossados por perfil atribuído ao presidente da República. Apesar das medidas tomadas pelas entidades representativas dos servidores, a impunidade impera. E não é de hoje. No próximo dia 28 de janeiro a tragédia da Chacina de Unai completará 16 anos, sem que os mandantes estejam cumprindo as penas às quais foram condenados por júri popular.

Muito mais do que símbolo de uma ideia, a extinção do Ministério do Trabalho representa a concretização de um projeto que não considera o trabalhador como parte do desenvolvimento econômico, nem permite redução de desigualdades ou mobilidade social. Promove e contenta-se com o subemprego, empregos precários, formas de trabalho que massacram e escravizam. Mulheres e homens trabalhadores, que fazem girar a economia, não têm seu valor reconhecido, sem direito a descanso e dignidade. Uma sociedade autofágica, ou seja, devoradora de si mesma.

A solução, para que a política pretendida tenha êxito, é desidratá-la ao máximo. E é exatamente isso que o governo vem tentando fazer. Mas é preciso sigamos firmes na defesa de uma sociedade para a qual se garanta efetivamente justiça social.

Privatizar Serpro e Dataprev põe em risco a sua vida pessoal e financeira

A privatização do Serpro e da Dataprev, responsáveis por dados sigilosos do governo e de todos os brasileiros, coloca em risco o país e a sua vida. Saiba como

Seus dados confidenciais poderão ficar nas mãos de empresas privadas e estrangeiras caso o governo de Jair Bolsonaro cumpra a promessa de privatizar a Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência (Dataprev) e o Serviço Federal de Processamento de Dados (Serpro).

Mesmo para quem acredite que não há nenhum problema em ser importunado a qualquer hora do dia por empresas de telemarketing, que poderão ter livre acesso a seus números de telefones residencial e celular, o "buraco é mais embaixo", como diz o ditado popular.

Na série " E eu com isso? " vamos explicar quais os perigos que você e o país correm com as vendas da Serpro e da Dataprev.

As duas estatais são responsáveis pelo armazenamento de dados sigilosos e estratégicos do país, de empresas e de milhões de brasileiros. O Serpro processa 90,5 milhões de impostos de renda anualmente tanto pessoa física como jurídica.

O Serviço Federal de Processamento armazena os dados da Agência Brasileira de Inteligência, do sistema de comércio exterior, das transações que passaram pelos portos e aeroportos nacionais, do imposto de renda, emissão de passaportes, carteiras de motoristas, CPF, CNPJ e o pagamento do Bolsa Família, entre outras informações sigilosas da vida dos brasileiros, da União, do Legislativo e do Judiciário.

Em seus 55 anos, o Serpro tem mais de 10 premiações como a melhor empresa digital do país por sua inovação e gestão.

Dos seus 3353 sistemas ativos, 3200 serviços já estão digitalizados sendo 1500 disponibilizados para a sociedade brasileira pela internet, dando oportunidade ao cidadão de acessar através de 48 aplicativos em celulares, centenas de serviços como carteira nacional de habilitação, certificado de registro de licenciamento, carteira profissional, emissão de CPF e CNPJ, além de imposto de renda pessoa física e jurídica, certificado digital em nuvem, passaporte e acesso a requerimentos em cartórios, certidões negativas e acompanhamento dessas e outras demandas.

Já o Dataprev, além de processar os dados da Previdência Social, como o dos pagamentos de aposentadorias, pensões e seguro desemprego, possui todos os registros de nascimento e óbitos no país, cadastros trabalhistas de nacionais e estrangeiros e detalhes das empresas registradas em todos os Estados. São 15 bilhões de dados de vínculos e remunerações que constam no Cadastro Nacional de informações Sociais (CNIS).

Os 720 sistemas da estatal têm todo o cadastro da Previdência Social, todos os vínculos dos trabalhadores e dos empréstimos consignados, entre outros dados da vida laboral dos trabalhadores e das trabalhadoras. Segundo Telma Dantas, diretora de política da Federação Nacional dos Empregados em Empresas de Processamento de Dados (Fenadados), a privatização não é apenas uma questão de ser importunado por empresas de telemarketing. São dados fiscais desde que nascemos até morremos, dados previdenciários seus e toda a sua família que ficarão nas mãos de terceiros.

"Não tem como você deixar que isso saia da guarda e proteção do Estado. Não tem como achar normal ter seus dados privatizados. São as suas certidões de nascimento, de casamento, sua carteira profissional. É a sua vida nas mãos de uma empresa privada, que poderá ser estrangeira", diz Telma.

A dirigente lembra que informação é poder e essas informações são uma preciosidade não só para empresas privadas as utilizarem para ter vantagens econômicas, mas porque a tecnologia da informação é o principal instrumento de organização de uma sociedade, não só a brasileira como a do mundo.

"Se você não tem um sistema em que pode confiar, a quem se dirigir, vamos chegar a um momento que não teremos a quem recorrer e não teremos confiança em mais nada", avalia Telma.

Risco à soberania nacional

O Serpro é também responsável por informações sigilosas e estratégicas do governo, das empresas, fotos e biometria, informações financeiras, contábeis e dados importação e exportação, dentre outros.

Somente o Sistema Integrado de Administração Financeira (SIAF) fornece meios para agilizar a programação financeira, otimização dos recursos do tesouro nacional, registra e acompanha a execução do orçamento do governo federal e possibilita a transparência nas contas públicas e a fiscalização e controle da administração da União, do Legislativo e do Judiciário

Já o Sistema Integral de Administração de Pessoal (SIAP) é responsável pela folha de pagamento de todos os servidores e processa mais de 2 milhões de contracheques por mês de servidores ativos e aposentados em todo o território nacional.

Outro sistema importante é o Siscoaf, responsável pelo controle de atividade financeira, prevenção e controle do crime de lavagem de dinheiro e de combate à corrupção.

“O governo está entregando funções que são de sua responsabilidade. O Serpro investe em segurança da informação, através de verba destinada para evitar vazamentos, como também investe na rastreabilidade dos acessos. Por isso que podemos afirmar que os dados da população brasileira, das empresas e do governo têm de ficar sob guarda e posse do Estado e não entregar à iniciativa privada e ao capital estrangeiro”, afirma Telma Dantas.

Para a funcionária da Dataprev e secretária da Mulher Trabalhadora da Fenadados, Maria do Socorro Lago Gomes Martins, ao querer entregar informações tão sigilosas da Dataprev, que gerou lucro de R\$ 1,26 bilhões somente em 2018, o governo Bolsonaro demonstra desconhecer o Brasil.

CALENDÁRIO DE MOBILIZAÇÃO E ORGANIZAÇÃO

06 a 31 de janeiro

Assembleias e atividades na base preparando a Campanha Salarial e pressão sobre os parlamentares em suas bases eleitorais

23 de janeiro

Encontro Nacional do Departamento de Aposentados e Pensionistas da Condsef/Fenadsef, em Brasília

24 de janeiro

Mobilização do Dia Nacional do Aposentado

11 de fevereiro

Conselho Deliberativo de Entidades (CDE)

12 de fevereiro

Lançamento da Campanha Salarial em Brasília e Ato das Centrais na Câmara dos Deputados

13 de fevereiro

Plenária Nacional da Condsef/Fenadsef

08 de março

Dia Internacional de Luta da Mulher Trabalhadora

18 de março

Dia Nacional de Luta em Defesa do Serviço Público, Estatais, Emprego e Salário, Soberania, Defesa da Amazônia, Agricultura Familiar: mobilizações, protestos e greves.

Reativar os Fóruns Estaduais das entidades sindicais do setor público.